CONSENTIMENTO COMO INSTRUMENTO JURÍDICO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE PODER ENTRE O CONTROLADOR E O TITULAR DOS DADOS

Alexandre dos Santos Oliz¹
Prof.^a Dra. Liane Tabarelli²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal explorar o consentimento como instrumento jurídico no tratamento de dados pessoais, com foco na análise do seu papel na regulação da assimetria de poder entre os controladores de dados e os titulares dos dados. Através dos métodos dialético e dedutivo, baseando-se em estruturas legais como a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), além da literatura acadêmica, o estudo investiga como o consentimento se encaixa no contexto mais amplo da privacidade e proteção de dados. O artigo destaca os desafios impostos pelo atual cenário tecnológico e econômico, caracterizado pela extensa coleta e processamento de dados por grandes conglomerados de tecnologia, que exacerbam a disparidade de poder entre controladores e titulares. A análise revela que, embora o consentimento seja crucial para garantir a autodeterminação informacional dos indivíduos, sua implementação prática muitas vezes é prejudicada por fatores como a complexidade da informação, a falta de transparência dos controladores e a dificuldade dos titulares em compreender totalmente as implicações de seu consentimento. O estudo também busca examinar mecanismos regulatórios alternativos, como o princípio da *accountability* e os relatórios de avaliação de impacto. Por fim, o estudo conclui que alcançar um verdadeiro equilíbrio de poder requer uma abordagem multifacetada, envolvendo colaboração contínua entre legisladores, reguladores e a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados; consentimento; assimetria de poder; controlador de dados; titular dos dados.

1 INTRODUÇÃO

O consentimento como instrumento jurídico no tratamento de dados pessoais ocupa uma posição central na discussão sobre a proteção da privacidade e a regulação das relações de poder na era digital. O avanço tecnológico e a explosão da economia da informação exacerbaram a assimetria de poder entre os controladores de dados e os titulares desses dados, tornando imperativa a análise de mecanismos que possam equilibrar essa relação. O presente trabalho tem como objetivo explorar o papel do consentimento nesse contexto, examinando suas potencialidades e limitações como ferramenta de mitigação da desigualdade de poder entre controladores e titulares de dados pessoais.

Historicamente, a ciência jurídica tem se debruçado sobre relações assimétricas de poder, como no direito do trabalho e no direito consumerista. No direito do trabalho, a subordinação do empregado ao empregador e o poder

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail: alexandre.oliz@edu.pucrs.br.

² Orientadora: Prof.^a Dra. Liane Tabarelli. Professora adjunta da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: liane.tabarelli@pucrs.br.

econômico deste último criam uma relação de desequilíbrio que a legislação visa regular, oferecendo proteção contra condições precárias e abusos. Similarmente, o direito do consumidor reconhece a vulnerabilidade dos consumidores frente aos fornecedores de produtos e serviços, estabelecendo direitos que promovem um mercado mais equitativo.

No campo da proteção de dados pessoais, a assimetria de poder é igualmente marcante. Controladores de dados, especialmente grandes conglomerados de tecnologia, acumulam vastas quantidades de informações pessoais, utilizando-as para fins comerciais e de vigilância. A coleta e o tratamento de dados pessoais sem o consentimento ou mesmo a ciência dos titulares refletem e ampliam essa desigualdade de poder. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) do Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679) da União Europeia surgem como respostas regulatórias, buscando garantir que os titulares de dados tenham controle sobre suas informações e que os controladores ajam com transparência e responsabilidade.

O consentimento é, teoricamente, um meio pelo qual os titulares de dados podem exercer controle sobre suas informações pessoais. Para ser válido, o consentimento deve ser informado, livre, específico e inequívoco. No entanto, na prática, obter um consentimento que realmente cumpra essas características pode ser desafiador, especialmente devido à complexidade das informações envolvidas e à dinâmica da economia digital. Muitas vezes, os titulares de dados não compreendem plenamente as implicações de consentirem com o tratamento de seus dados, o que compromete a efetividade deste instrumento jurídico como protetor de direitos.

A LGPD, ao lado de outras bases legais para o tratamento de dados, incorpora o princípio da *accountability*, ou responsabilização e prestação de contas. Este princípio exige que os controladores de dados demonstrem conformidade com a lei, indo além da simples obtenção de consentimento. O relatório de impacto à proteção de dados pessoais, por exemplo, é um mecanismo que permite avaliar e mitigar os riscos associados ao tratamento de dados, promovendo a transparência e a responsabilidade.

Contudo, a subjetividade inerente ao conceito de risco e a complexidade dos processos de tratamento de dados exigem uma atuação regulatória eficiente por parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Esta autoridade tem a responsabilidade de definir claramente o que deve ser considerado um risco, estabelecer metodologias de avaliação e fiscalizar as práticas dos controladores. Apenas com uma regulação efetiva e clara será possível garantir que os princípios de responsabilização e prestação de contas sejam materializados, protegendo adequadamente os direitos dos titulares de dados.

Assim, este trabalho se propõe a analisar o consentimento como instrumento jurídico no tratamento de dados pessoais, focando na sua eficácia em reduzir a desigualdade de poder entre controladores e titulares. Serão discutidas as bases teóricas e práticas do consentimento, suas limitações e os desafios de sua implementação na era da informação. Além disso, o estudo examinará o papel de outros mecanismos de proteção de dados previstos na LGPD, como o relatório de impacto, oferecendo uma visão crítica sobre como eles podem complementar o consentimento e contribuir para um tratamento de dados mais equitativo e transparente.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018) E A NECESSIDADE DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A necessidade da proteção de dados pessoais é evidenciada pela emblemática capa da revista *The Economist*³, de 6 de maio de 2017, na qual constava o seguinte título: “The world’s most valuable resource is no longer oil, but data”. A revista afirmava que os dados eram os recursos mais importantes da nossa época, uma nova commodity a ser explorada.

Com a utilização dos dados pessoais como um ativo na economia da informação, tais como para fins publicitários, na segmentação e promoção de bens e serviços, o consumidor não apenas consome os bens e serviços, mas também os produz, à medida que seus dados condicionam a confecção e distribuição destes.⁴

Um exemplo prático destas implicações é o caso da empresa Via Quatro, concessionária do metrô da cidade de São Paulo, que foi condenada a pagar uma indenização no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por dano moral coletivo. Isso ocorreu por ter utilizado as imagens dos usuários captadas pelas câmeras de segurança sem o consentimento destes, com finalidade comercial e publicitária.⁵

O tratamento desses dados pessoais para finalidades econômicas encontra, em tecnologias como o Big Data, possibilidades antes inimagináveis por muitos. Considera-se o Big Data como o conjunto de técnicas capazes de analisar uma grande variedade de dados em grande volume e velocidade, o que o diferencia de outras metodologias de processamento, pois dispensa a necessidade de os dados estarem previamente estruturados.⁶

Um exemplo da implicação desta tecnologia está na prática adotada pela varejista americana Target para identificar consumidoras grávidas. A partir dos produtos listados por consumidoras em período gestacional, a empresa conseguia não apenas prever o estado de gravidez, mas também direcionar os produtos de acordo com a fase da gravidez. A eficiência da tecnologia foi comprovada quando um pai acusou a empresa de incentivar a filha adolescente a engravidar e, dias depois, descobriu que a filha estava grávida.⁷

Vale destacar que o Big Data não se preocupa com a causalidade do evento, mas sim com sua probabilidade de acontecer. Ou seja, no caso acima descrito, ele

³ **The world’s most valuable resource is no longer oil, but data.** *The Economist*, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>. Acesso em: 24 de março de 2024.

⁴ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 12. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁵ **Via Quatro é condenada em R\$ 500 mil e proibida a coletar dado de passageiros do Metrô.** JOTA, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/via-quatro-e-condenada-em-r-500-mil-e-proibida-a-coletar-dado-de-passageiros-11052023>. Acesso em: 31 de março de 2024.

⁶ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 34. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁷ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 36. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

estabeleceu uma correlação entre a lista de produtos adquiridos por determinado perfil de cliente, o que permitiu prever a probabilidade desses eventos se repetirem.⁸

No Brasil, não é possível compreender o processo histórico da consolidação da proteção de dados sem considerar sua relação com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), pois em muitos casos as demandas relacionadas a dados pessoais caracterizam-se como relações de consumo. No art. 43 do Código, é possível identificar diversos princípios que, futuramente, seriam absorvidos pela LGPD, fortalecendo o entendimento acerca do direito à proteção de dados dos consumidores.⁹

Dentro do contexto do Direito do Consumidor, é relevante destacar outra legislação significativa, a Lei do Cadastro Positivo. Esta lei estabelece as diretrizes para um sistema de relatórios que registra e analisa o comportamento dos pagamentos dos consumidores, os produtos financeiros mais utilizados e a probabilidade de inadimplência.¹⁰ O Cadastro Positivo, por sua vez, como explica Danilo Doneda e Rafael Zanatta¹¹ se fundamenta em três pilares:

- (i) o direito básico de consentimento (os bureaus de crédito só podem abrir um relatório de crédito positivo se o consumidor compreender o que está acontecendo e concordar), (ii) o direito de controle (o consumidor deve ter controle sobre seus dados, com um conjunto de direitos básicos de acesso, modificação, exclusão, etc.), e (iii) o direito de transparência e não discriminação prejudicial (consumidores que sofrem as consequências de uma decisão puramente automatizada devem ter o direito a uma análise humana para diminuir a discriminação prejudicial). (tradução nossa)

A análise desses três pilares revela a presença de diversos conceitos e princípios que mais tarde seriam integrados pela LGPD. Além disso, é relevante mencionar a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que, ao regulamentar o princípio constitucional da transparência e definir o conceito de informação pessoal de maneira análoga ao que seria posteriormente ratificado pela LGPD, estipula, em seu art. 31, um conjunto normativo específico para a proteção de dados pessoais sob custódia do poder público. Esse reconhecimento destaca a importância de incorporar a proteção de dados, mesmo em uma legislação destinada a orientar o princípio da transparência, considerando-a como um elemento essencial para sua legitimidade.¹²

Uma última, porém, não menos importante, legislação a ser mencionada antes de abordarmos a LGPD diretamente é o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Esta lei assegura aos usuários da Internet o direito de compreender como seus dados

⁸ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 35. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁹ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 32. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

¹⁰ DONEDA, Danilo e ZANATTA, Rafael. **Personality and Data Protection Rights on the Internet. Brazilian and German Approaches**. Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland: Springer, 2023, p. 47.

¹¹ DONEDA, Danilo e ZANATTA, Rafael. **Personality and Data Protection Rights on the Internet. Brazilian and German Approaches**. Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland: Springer, 2023, p. 47 e 48.

¹² DONEDA, Danilo. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 33. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 30 de janeiro 2024.

são coletados e, de maneira específica, preconiza que o processamento de dados deve ser realizado mediante "consentimento livre, expresso e informado".¹³

Nesse sentido, Laura Mendes e Danilo Doneda afirmam que o Marco Civil da Internet não apenas consagra um direito fundamental à proteção de dados¹⁴, mas também estabelece o consentimento como princípio fundamental para a aplicação do que está previsto na legislação.¹⁵

Sendo que somente em agosto de 2018, o Brasil aprovou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), ficando atrás de vários países da América Latina. O atraso nesse processo, conforme apontado por Danilo Doneda e Rafael Zannatta¹⁶, é atribuído à complexidade de algumas ferramentas e conceitos-chave da legislação. Um indicativo desse desafio foi o período de *vacatio legis* inicialmente estabelecido em 18 meses, posteriormente ampliado para 24 meses pela Medida Provisória 869 de 2018, uma duração considerada longa pelos padrões legais brasileiros.

A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados realizada no Brasil ou quando os dados tenham sido coletados no país, independentemente de a pessoa responsável ser física ou jurídica, de direito público ou privado, desde que o tratamento tenha finalidade econômica.¹⁷ A legislação estabelece uma série de conceitos que serão abordados a seguir.

3 PRINCIPAIS CONCEITOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018): O QUE SE ENTENDE COMO TITULAR DE DADOS E DADOS PESSOAIS

A LGPD foi criada para regulamentar o tratamento de dados pessoais, por quaisquer meios, por pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas de direito público ou privado.¹⁸ O objetivo é proteger os direitos à privacidade, à liberdade e ao livre

¹³ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 abr. 2014, art. 7º, VII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 de janeiro 2024.

¹⁴ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 abr. 2014, art. 3º, III. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 de janeiro 2024.

¹⁵ DONEDA, Danilo e MENDES, Laura. **Data protection in Brazil: new developments and current challenges**, in: Gutwirth, S., Leenes, R. & De Hert, P. (eds.), *Reloading Data Protection*, Springer, Dordrecht, 2014. p. 3-20.

¹⁶ DONEDA, Danilo e ZANATTA, Rafael. **Personality and Data Protection Rights on the Internet. Brazilian and German Approaches.** Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland: Springer, 2023, p. 51.

¹⁷ “Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.” (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

¹⁸ BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018, art. 3º, caput. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024.

desenvolvimento da personalidade.¹⁹ A legislação visa assegurar a proteção dos dados pessoais dos titulares e estabelecer um controle mais rigoroso sobre o seu tratamento²⁰.

Para isso, a LGPD, em seu artigo 5º, apresenta uma lista de conceitos relevantes para sua aplicação, buscando evitar imprecisões em relação às suas disposições. Primeiramente, é necessário entender que a legislação define dado pessoal²¹ como uma informação relacionada a uma pessoa física que pode identificá-la direta ou indiretamente. O termo "identificável" presente na legislação permite uma interpretação ampla do que constitui um dado pessoal, adotando uma abordagem expansionista. Assim, a identificação da existência ou não de um dado pessoal deve considerar o contexto em que ele está inserido.²²

Além disso, a legislação identifica uma categoria especial de dados pessoais, os chamados dados pessoais sensíveis²³, que são aqueles relacionados a aspectos mais íntimos da personalidade e que, se tratados de forma inadequada, podem gerar práticas preconceituosas ou discriminatórias.

A diferenciação entre dados pessoais e dados pessoais sensíveis não é apenas teórica, mas também delimita as possibilidades de tratamento desses dados, ou seja, quais bases legais são aplicáveis em cada situação. No caso dos dados pessoais não sensíveis, aplicam-se as bases legais previstas no art. 7º da LGPD²⁴, sendo o consentimento apenas uma delas:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

¹⁹ "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural." (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²⁰ Art. 5º, X: "tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração". (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²¹ Art. 5º, I: "dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável". (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²² BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 59. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

²³ Art. 5º, II: "dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural". (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²⁴ BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024.

- I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;
- IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Nos casos dos dados pessoais sensíveis, aplica-se o art. 11º da LGPD²⁵, que estabelece o consentimento como regra e lista algumas exceções:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:
 - a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
 - b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
 - c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
 - d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
 - e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
 - f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou
 - g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Outro conceito importante a ser abordado é o de titular dos dados, definido no art. 5º, inciso V, da LGPD, como "pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento".²⁶ Ou seja, o titular é o dono da informação que lhe diz

²⁵ BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024.

²⁶ Art. 5º, V: "titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento". (BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário

respeito, e esse termo, conforme definido na lei, não se aplica a pessoas jurídicas. Além disso, o art. 18 da LGPD²⁷ garante uma série de direitos que só podem ser exercidos por pessoas naturais em face do controlador de seus dados pessoais. As figuras do controlador, operador e encarregado serão abordadas no próximo tópico.

3.1 O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: AS FIGURAS DO CONTROLADOR, OPERADOR E DO ENCARREGADO

Ao tratar de dados pessoais, é necessário entender quem são os agentes de tratamento desses dados. O primeiro agente a ser conhecido é o controlador dos dados, cuja definição legal se encontra no art. 5º, inciso VI, da LGPD²⁸. O controlador é responsável por definir as finalidades para as quais os dados serão utilizados, além de fornecer orientações aos operadores.²⁹

Assim como os conceitos de dados pessoais e dados pessoais sensíveis não se limitam à teoria, o conceito de controlador possui importância prática na aplicação da legislação. A LGPD prevê diversas obrigações ao controlador dos dados. Entre elas, destacam-se a elaboração do relatório de impacto, a comprovação da regularidade na obtenção do consentimento e a comunicação de incidentes à ANPD. Além disso, os direitos dos titulares mencionados anteriormente são exercidos em face do controlador.³⁰

O controlador geralmente é uma pessoa jurídica de direito privado ou público, como empresas em seu exercício comercial ou órgãos públicos que atuam em nome do ente federativo ao qual estão integrados.³¹ No entanto, o controlador também pode ser uma pessoa natural, como profissionais liberais e empresários individuais que, ao exercerem atividades com finalidade econômica, realizam o tratamento de dados pessoais e são considerados controladores de dados pessoais.³²

Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²⁷ BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024.

²⁸ Art. 5º, VI: “controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

²⁹ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.** Mai. 2022, p. 7. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

³⁰ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.** Mai. 2022, p. 7. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

³¹ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.** Mai. 2022, p. 8. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

³² AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.** Mai. 2022, p. 8. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

O segundo agente a ser conhecido é o operador dos dados, cuja definição legal se encontra no art. 5º, inciso VII, da LGPD³³. O operador é um terceiro contratado, responsável por realizar o tratamento de dados em nome do controlador. O operador deve agir de acordo com as finalidades estabelecidas pelo controlador, podendo definir questões não essenciais relacionadas ao tratamento, como as medidas técnicas a serem adotadas.³⁴

Vale observar a importância dos contratos firmados entre o controlador e o operador para a definição das finalidades do tratamento. Além disso, cabe destacar que o operador sempre será uma pessoa distinta do controlador. Isso significa que funcionários subordinados ao controlador, ou, no caso do poder público, membros dos órgãos responsáveis, não serão considerados operadores, mas sim representantes do controlador. Nesse sentido, não há limitação para que uma pessoa natural seja considerada operadora de dados no caso de prestação de serviços em nome do controlador.³⁵

Uma terceira figura que se faz necessário mencionar é a do encarregado, cuja definição legal se encontra no art. 5º, inciso VIII, da LGPD³⁶. O encarregado não é considerado um agente de tratamento, mas trata-se da pessoa indicada pelo controlador e operador para exercer a comunicação entre o agente, o titular e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A identidade e os dados de contato do encarregado devem ser divulgados ao público, de preferência no sítio eletrônico da organização que o nomeou³⁷. As atribuições do encarregado estão presentes no §2º do art. 41 da LGPD³⁸:

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

- I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

³³ Art. 5º, VII: “operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 23 de maio 2024).

³⁴ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado**. Mai. 2022, p. 16. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

³⁵ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado**. Mai. 2022, p. 17. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

³⁶ Art. 5º, VIII: “encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 23 de maio 2024).

³⁷ Art. 41º, §1º: “A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 24 de maio 2024).

³⁸ BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 24 de maio 2024.

- III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Por fim, vale destacar que a classificação entre controlador e operador dos dados deve considerar o contexto fático em que o tratamento é realizado. As definições, atribuições e exigências do encarregado ainda poderão ser complementadas por normativas da ANPD³⁹. Sendo assim, esta abordagem inicial não tem a intenção de esgotar o entendimento sobre os conceitos, mas sim de apresentar os termos e destacar suas principais características.

4 A TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018): DA PRIVACIDADE À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Embora a LGPD tenha sido promulgada recentemente, no contexto histórico, o conceito de “proteção de dados pessoais” já era familiar na prática jurídica brasileira. No entanto, esse conceito sempre esteve interligado a outras questões, sobretudo em relação à privacidade. De fato, frequentemente, ambos os conceitos eram utilizados de forma indistinta.⁴⁰

Desta forma, a noção de privacidade, entendida como o “direito a ser deixado só” e como uma forma de liberdade negativa que considera o indivíduo como soberano, buscando garantir a ausência de intrusões, agora enfrenta desafios decorrentes da exposição indesejada de dados pessoais.⁴¹

Com o rápido avanço da tecnologia e a crescente capacidade de processamento de dados, surge a necessidade não apenas a nível individual, mas também no âmbito coletivo, de controlar o fluxo de informações. Dessa forma, a partir do conceito de privacidade, emerge o direito à proteção de dados, que vai além da mera preservação da privacidade, transformando-se em um direito de natureza procedimental que questiona a maneira como os dados são tratados. Nesse contexto, Danilo Doneda⁴² destaca:

Na proteção de dados pessoais não é somente a privacidade que se pretende tutelada, porém também a pessoa que deve ser tutelada contra o controle indevido e contra a discriminação, isto é, em aspectos fundamentais de sua própria liberdade pessoal. E não é mais a pessoa humana, considerada individualmente, a ser a única atingida — um antigo paradigma do direito à privacidade — porém inteiras classes e grupos sociais.

³⁹ Art. 41º, §3º: “A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 24 de maio 2024).

⁴⁰ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 29. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 25 out. 2023.

⁴¹ DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 1.

⁴² DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 3.

Nesse contexto, quando abordamos o direito à privacidade, nos deparamos com a clássica dicotomia entre as esferas pública e privada. Este direito tem como objetivo impedir que informações relativas à vida particular do indivíduo ultrapassem os limites por ele estabelecidos.⁴³ Essa delimitação se torna mais evidente em situações envolvendo o domicílio e a correspondência, garantidas pela Constituição Federal no artigo 5º, incisos XI e XII, respectivamente.⁴⁴

No entanto, quando o que o indivíduo considera como privado vai além de questões expressamente asseguradas, torna-se desafiador definir a fronteira entre a esfera pública e privada.⁴⁵ Além disso, ao considerar as capacidades das novas tecnologias, como *Big Data*, inteligência artificial e algoritmos, que podem extrair novas informações a partir de dados inicialmente coletados para outras finalidades, surge a pergunta: informações originalmente vistas como pertencentes à esfera pública do indivíduo também não merecem proteção?⁴⁶

Aprofundando a análise, é essencial destacar a relevância econômica dos dados pessoais, manifestada em sua utilização como um componente fundamental para diversas atividades econômicas em escala global. Esta interconexão entre dados e economia não apenas influencia o ambiente empresarial, mas também permeia questões sociais e políticas, conforme destacado por Ana Frazão: "os dados ganharam uma importância transversal, tornando-se vetores das vidas e das liberdades individuais, assim como da sociedade e da própria democracia".⁴⁷

A partir disso, a proteção de dados pessoais assume o papel de disciplinar como esses dados serão tratados, com o objetivo de garantir a liberdade e o desenvolvimento tecnológico e econômico. Nesse contexto, visando cumprir essa dupla função, garantia dos direitos fundamentais e fomentação do desenvolvimento econômico, surgem as normativas e legislações que regulam a proteção dos dados pessoais.⁴⁸

5 DO CONSENTIMENTO COMO INSTRUMENTO JURÍDICO PARA FINS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O consentimento como instituto jurídico, é anterior as legislações que regulam o tratamento de dados pessoais como a Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679)⁴⁹ e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº

⁴³ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 90. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 26 out. 2023.

⁴⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 26 de outubro 2023.

⁴⁵ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 92. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 26 out. 2023.

⁴⁶ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 99. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 10 de maio 2023.

⁴⁷ TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 24.

⁴⁸ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 106. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

⁴⁹ UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas físicas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados**. Jornal Oficial da União Europeia, Luxemburgo,

13.709/2018). Apesar disso, uma discussão sobre a proteção e tutela de dados pessoais que não aborde questões envolvendo o consentimento, se faz superficial e insuficiente.

Sobre o tema, Bruno Bioni afirma que o consentimento se desenvolveu historicamente através de duas abordagens distintas. A primeira abordagem, entende o consentimento como um processo, que ocorre entre o indivíduo que consente junto àquele que recebe o consentimento, partindo do pressuposto da existência de um dever de garantia e autodeterminação do consentidor.⁵⁰

A segunda abordagem, de origem norte-americana, evolui a partir da responsabilidade civil na área médica, concebendo o consentimento como a obrigação de informar sobre os riscos, malefícios e benefícios da decisão de consentir ou não, e de obter a autorização do paciente por meio de um termo de consentimento. Assim, de acordo com Bruno Bioni, no contexto judiciário da responsabilidade civil médica, a busca pelo consentimento se limitou ao dever dos médicos de informar e obter o consentimento.⁵¹

No contexto de uma economia de dados, em que o tratamento de dados pessoais apresenta potencial para causar danos aos titulares e implica em desdobramentos complexos e diversos, a discussão em torno da coleta de consentimento é revigorada como um processo dinâmico. Nesse diálogo em constante evolução, as informações necessárias à autodeterminação informacional do titular são fornecidas e atualizadas, garantindo que o consentimento concedido seja sempre passível de revogação e revisão, retomando assim a primeira abordagem apresentada.⁵²

No que diz respeito à Lei Geral de Proteção de Dados, o consentimento não se apresenta como a única base legal para o tratamento de dados pessoais, nem detém uma posição hierárquica superior às demais bases legais, conforme estipulado pelo art. 7º da LGPD. No entanto, é incontestável a atenção do legislador à autodeterminação informativa do indivíduo e ao seu nível de participação no processo de tratamento de seus dados pessoais. Isso é evidenciado pelo requisito de que o consentimento seja informado, livre e inequívoco, concordando com o tratamento para uma finalidade determinada⁵³, e, em algumas situações previstas em lei, deve ser específico.

Os adjetivos atribuídos ao consentimento previsto no art. 5º, inciso XII, da LGPD, apontam para a necessidade de um processo de tomada de decisão ao consentir com o tratamento de dados pessoais. O primeiro adjetivo, “informado”, deriva da necessidade de incluir elementos essenciais para iniciar o processo de

v. L119, p. 1-88, 4 maio 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>. Acesso em: 09 de maio 2023.

⁵⁰ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 163. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 10 de maio 2023.

⁵¹ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 165. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 10 de maio 2023.

⁵² BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 165. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 10 de maio 2023.

⁵³ Art. 5º, XII, da LGPD: “consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 10 de maio 2023).

decisão do titular dos dados.⁵⁴ Em outras palavras, como seria possível consentir sem compreender plenamente o que está sendo consentido.

Assim, podemos observar que a exigência de consentir está intrinsecamente ligada ao dever de informar. Por essa razão, é comum avaliarmos a validade do consentimento sob a perspectiva do “consentimento informado”, Lys Nunes e Almeida⁵⁵ descrevem o termo em seu artigo:

O adjetivo “informado” traduz que o consentimento deverá ser dado pelo titular dos dados com a ciência deste sobre todas as informações acerca do tratamento. Ou seja, há a necessidade de que seja feito o repasse de tudo aquilo que irá permear o tratamento de dados de forma detalhada, verdadeira e transparente. Além disso, é necessário que as possíveis consequências de não consentir também sejam informadas.

Quanto ao adjetivo “informado”, é válido destacar sua relação com o princípio da transparência⁵⁶, conforme previsto no art. 6º, inciso VI da LGPD: “garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis”⁵⁷. Inclusive, vale ressaltar que a negligência em observar o princípio da transparência e o dever de informar o titular dos dados pode resultar a nulidade do consentimento.⁵⁸

O adjetivo “livre” está associado à ideia de uma ação espontânea, não sujeita a pressões externas, mas sim caracterizada pelo livre-arbítrio. Um exemplo prático desse conceito é o consentimento granular, onde os titulares podem conceder autorizações fragmentadas relacionadas ao fluxo de seus dados, permitindo que o controle sobre esses dados seja dividido de acordo com as funcionalidades específicas oferecidas e desejadas.⁵⁹

Esse enfoque também destaca tensões relacionadas aos modelos de negócios baseados na monetização de dados. A prática crescente de direcionamento de

⁵⁴ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁵⁵ LUGATI, Lys Nunes, and ALMEIDA, Juliana Evangelista De. **Da evolução das legislações sobre proteção de dados: a necessidade de reavaliação do papel do consentimento como garantidor da autodeterminação informativa**. Revista De Direito 12.2 (2020), p. 18. Web. Acesso em: 10 de maio de 2023.

⁵⁶ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁵⁷ Art. 6º, VI, da LGPD: “transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 10 de maio 2023).

⁵⁸ Art. 9º, §1º, da LGPD: “Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 10 de maio 2023).

⁵⁹ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

publicidade utiliza técnicas de perfilamento intrusivas, que nos fazem questionar o quão livre somos para decidir o que queremos. Assim, a liberdade associada ao consentimento está diretamente relacionada à autonomia concedida ao titular para aceitar ou recusar o tratamento de seus dados sem consequências negativas que possam prejudicar a livre manifestação da sua vontade.⁶⁰

O terceiro adjetivo do consentimento na LGPD, "inequívoco", está intrinsecamente relacionado ao princípio da finalidade, que exige que toda atividade de tratamento de dados tenha um propósito determinado. Esse princípio assume especial relevância no consentimento, onde a declaração de vontade deve ser direcionada, evitando consentimentos genéricos que equivaleriam a conceder um "cheque em branco" e comprometeriam o controle do titular sobre seus dados.⁶¹

A necessidade de definir uma finalidade reforça os adjetivos "informado" e "livre" na legislação, permitindo avaliar retroativamente se o titular foi devidamente informado para tomar decisões livres a respeito do tratamento de seus dados. Esse processo visa culminar em uma declaração de vontade inequívoca por parte do titular, evidenciando um comportamento conclusivo, ou seja, uma maneira de eliminar dúvidas quanto à intenção do titular.⁶²

A LGPD, em determinadas circunstâncias, adiciona uma característica ao consentimento, exigindo que ele seja "específico", com o objetivo de assegurar maior participação do titular de dados no momento de concordar com o tratamento.⁶³ Situações previstas em lei que requerem essa especificidade incluem: a) o tratamento de dados pessoais sensíveis;⁶⁴ b) operações envolvendo o compartilhamento de

⁶⁰ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁶¹ BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁶² BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 167. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁶³ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 131. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

⁶⁴ Art. 11º, I, da LGPD: "quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas". (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024).

dados pessoais entre controladores;⁶⁵ c) tratamento de dados pessoais de crianças;⁶⁶ e d) operações relacionadas à transferência internacional de dados.⁶⁷

Desta forma, ao considerar o conceito de consentimento como um processo de decisão do consentidor e incluir as características já mencionadas, torna-se evidente a dificuldade prática para a sua materialização. Nesse contexto, destaca-se a relevância da Autoridade Nacional de Proteção de Dados/ANPD⁶⁸ para auxiliar na aplicação do conceito de consentimento em situações práticas, especialmente diante do nível de abstração da discussão e da carga terminológica desconhecida pela maioria da população.

Dentre as medidas adotadas pela ANPD está a publicação do Guia Orientativo sobre Cookies e Proteção de Dados Pessoais⁶⁹, divulgado em outubro de 2022. Nesse guia, a ANPD classifica os cookies e apresenta as melhores práticas relacionadas à LGPD, incluindo as bases legais que permitem sua utilização. No contexto analisado, destacam-se a base legal do legítimo interesse para cookies necessários⁷⁰ e do consentimento para cookies não necessários⁷¹.

⁶⁵ Art. 7º, §5º, da LGPD: “O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 03 de fevereiro 2024).

⁶⁶ Art. 14º, §1º, da LGPD: “O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 03 de fevereiro 2024).

⁶⁷ Art. 33º, VIII, da LGPD: “quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 03 de fevereiro 2024).

⁶⁸ Art. 5º, XIX, da LGPD: “autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 03 de fevereiro 2024).

⁶⁹ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protacao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁷⁰ Cookies necessários: “são aqueles utilizados para que o site ou aplicação realize funções básicas e opere corretamente. Por isso, a coleta da informação é essencial para assegurar o funcionamento da página eletrônica ou para a adequada prestação do serviço. Dessa forma, as atividades abrangidas como estritamente necessárias incluem aquelas relacionadas à funcionalidade específica do serviço, ou seja, sem elas o usuário não seria capaz de realizar as principais atividades do site ou aplicação. Essa categoria se restringe ao essencial para prestar o serviço solicitado pelo titular, não contemplando finalidades não essenciais, que atendam a outros interesses do controlador”. (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022, p.10. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protacao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.)

⁷¹ Cookies não necessários: “são cookies que não se enquadram na definição de cookies necessários e cuja desabilitação não impede o funcionamento do site ou aplicação ou a utilização dos serviços pelo usuário. Nesse sentido, cookies não necessários estão relacionados com funcionalidades não essenciais do serviço, da aplicação ou da página eletrônica. Exemplos de cookies não necessários

Conforme mencionado anteriormente, o consentimento válido deve ser livre, informado e inequívoco. Para garantir a liberdade do consentimento no contexto dos cookies, é essencial possibilitar ao usuário a escolha de aceitar ou recusar os cookies, evitando que a manifestação seja viciada ou prejudicada, por exemplo, ao adotar a opção "Aceito todos os cookies", que não permite a gestão dos cookies não necessários, condicionando assim o usuário a consentir com o tratamento para acessar o site.⁷²

Além disso, o consentimento informado requer a prestação de informações claras, precisas e acessíveis sobre as finalidades que justificam a coleta dos cookies. Qualquer alteração nessas finalidades exige novo consentimento do titular ou a adoção de outra base legal adequada.⁷³

Por fim, o consentimento inequívoco não pode ser obtido de forma tácita ou por meio de predefinições nos banners de cookies. A ANPD desaconselha banners com campos de autorização pré-selecionados ou a presunção de consentimento pela simples navegação na página.⁷⁴

Cabe ao controlador dos dados comprovar que o consentimento foi obtido conforme exigido pela LGPD. Portanto, o Guia Orientativo é uma ferramenta importante para orientar os controladores sobre a materialização do consentimento na proteção de dados. No entanto, como será discutido no próximo tópico, essa implementação ainda representa um desafio.

5.1. DA DIFICULDADE DE MATERIALIZAÇÃO DO CONSENTIMENTO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DE DADOS

Nesse cenário, a discussão em torno da coleta de consentimento emerge como um processo dinâmico, onde as informações essenciais para a autodeterminação informacional do titular são continuamente atualizadas e disponibilizadas. Contudo, a materialização efetiva desse consentimento enfrenta desafios práticos significativos, conforme elencam Laura Mendes e Gabriel Campos Soares da Fonseca⁷⁵, ao destacarem três insuficiências do consentimento como base legal:

- (i) as limitações cognitivas do titular dos dados pessoais para avaliar os custos e benefícios envolvidos quanto aos seus direitos de personalidade; (ii) as situações em que não há uma real liberdade de escolha do titular, por exemplo, em circunstâncias denominadas "take it or leave it"; e (iii) as

incluem, entre outros, aqueles utilizados para rastrear comportamentos, medir o desempenho da página ou serviço, além de exibir anúncios ou outros conteúdos incorporados". (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022, p.10. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protecao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.)

⁷² AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022, p.18. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protecao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁷³ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022, p.18. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protecao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁷⁴ AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO Cookies e proteção de dados pessoais**. Out. 2022, p.19. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protecao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁷⁵ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 95. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

modernas técnicas de tratamento e análise de dados a partir de Big Data que fazem com que a totalidade do valor e a possibilidade de uso desses dados não sejam completamente mensuráveis no momento em que o consentimento é requerido.

A primeira insuficiência destacada pelos autores diz respeito à limitação cognitiva dos titulares, ou seja, o quão apto está o titular para escolher a opção que atende aos seus interesses diante dos custos e benefícios envolvidos no momento de consentir. Pressupondo que o controlador dos dados informou ao titular a extensão completa do tratamento, através de uma Política de Privacidade, por exemplo, será justo presumir que, ao disponibilizar as informações, o titular realmente realizará o processo de ler, compreender os riscos e benefícios envolvidos para então consentir ou não com o tratamento de seus dados?⁷⁶

Sendo assim, a complexidade das informações apresentadas, aliada ao excesso de informações, pode sobrecarregar o titular dos dados no momento da decisão. Além disso, a forma como estas informações estão dispostas e o *layout* do formulário de consentimento podem influenciar no processo. Por exemplo, como abordado anteriormente, banners de cookies com opções pré-selecionadas. Em situações como essas, o consentimento não reflete a vontade do titular dos dados, assim como não garante a proteção adequada.⁷⁷

Quanto a segunda insuficiência identificada pelos autores, ela tem origem na desigualdade de poderes entre o controlador e o titular dos dados, ou seja, considerar que o consentimento é uma base legal suficiente para legitimar qualquer tratamento de dados pessoais, desconsiderando a assimetria de poder e o poder de barganha entre as partes.⁷⁸

O titular se encontra em uma posição de vulnerabilidade em relação ao controlador, pois, como abordado anteriormente, muitas vezes recebe uma grande quantidade de informação sobre o tratamento, com termos técnicos e complexos, além de não permitir a gestão das condições ali estabelecidas, trata-se de um contrato de adesão onde não consentir limita seu acesso ao serviço ou produto.⁷⁹

Considerando que serviços que realizam um tratamento de dados pessoais em grande escala como as redes sociais, serviços de streaming, aplicativos de música, entre outros, são essenciais para a sociabilidade dos indivíduos, afetando tanto suas vidas pessoais quanto profissionais, nos faz questionar se há uma decisão livre em entre consentir com o tratamento de seus dados ou não usufruir destes serviços que

⁷⁶ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 95. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁷⁷ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 95. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁷⁸ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 97. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁷⁹ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 97. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

não afetam o indivíduo isoladamente, mas sim a forma como ele se relaciona com o mundo e as pessoas ao seu redor.⁸⁰

Por fim, a terceira insuficiência identificada pelos autores diz respeito à capacidade das novas tecnologias, como Big Data, algoritmos e inteligência artificial, de processar informações consideradas públicas que, isoladamente, parecem irrelevantes, e a partir delas mapear, prever e influenciar o comportamento dos indivíduos ou grupos de indivíduos.⁸¹ Um exemplo disso é quando dados coletados e consentidos para uma finalidade específica são utilizados para realizar um tratamento diverso, como no caso da Decolar.com, que foi multada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) em R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) por alterar seus preços com base na localização geográfica dos consumidores. A partir da localização do titular a empresa conseguia analisar as condições financeiras dos potenciais clientes, práticas conhecidas como *geo pricing* e *geo blocking*.⁸²

Dessa forma, percebe-se que as três insuficiências apresentadas pelos autores estão ligadas à vulnerabilidade do titular perante o controlador dos dados. O papel do direito à proteção dos dados pessoais é regular esta relação. O próximo tópico irá abordar situações em que esta desigualdade pode ser melhor evidenciada, assim como os riscos a ela relacionados.

6 DA DESIGUALDADE DE PODER ENTRE O CONTROLADOR E O TITULAR DE DADOS

Relações assimétricas estão presentes em nossa sociedade e, historicamente, são objeto de estudo da ciência jurídica. Um exemplo marcante é o direito do trabalho, que regula a relação entre empregado e empregador. Nessa relação, o poder econômico do empregador em relação ao empregado cria uma discrepância de forças, manifestada na subordinação exigida pelo vínculo empregatício e pelas condições estabelecidas no contrato de trabalho.⁸³ Antes do advento do direito do trabalho e da proteção aos vulneráveis nessa relação, eram comuns condições precárias, exploração e abusos decorrentes dessa diferença de poder.⁸⁴

Outra relação assimétrica é regulada pelo direito consumerista, caracterizada pela diferença de poder entre prestadores de serviços e fornecedores de produtos e os consumidores. O reconhecimento da vulnerabilidade dos consumidores possibilita

⁸⁰ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 97. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁸¹ MENDES, Laura e FONSECA, Gabriel. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020, p. 99. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁸² **Decolar.com é multada em R\$ 7,5 milhões por diferenciar preço de acordo com região**. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/282013/decolar-com-e-multada-em-r--7-5-milhoes-por-diferenciar-preco-de-acordo-com-regiao>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

⁸³ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 158. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

⁸⁴ MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho**. Paraná: SRV Editora LTDA, 2024, p. 26. E-book. ISBN 9788553622627. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622627/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

a regulação dessa relação e a redução da discrepância de poder.⁸⁵ O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ao estabelecer direitos básicos como segurança, escolha, informação e indenização, promove o equilíbrio das forças no mercado e proporciona proteção aos consumidores.⁸⁶

Nesse contexto, ao considerar a economia da informação, percebe-se uma forte ligação entre as relações de consumo e o direito à proteção de dados pessoais. Reconhecer a vulnerabilidade do titular de dados em relação ao controlador possibilita que a regulação dessa relação adote estratégias e instrumentos que visem garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e promover o desenvolvimento econômico de forma sustentável. Portanto, no próximo tópico, será abordado como a falta de regulamentação em uma economia movida a dados pode ser prejudicial para os titulares e consumidores.

6.1 A ASSIMETRIA DE PODER COMO MODELO DE NEGÓCIO

A proteção de dados pessoais não se limita aos tratamentos realizados pela internet, e nem sempre os controladores dos dados serão grandes conglomerados de tecnologia com grande capacidade de processamento de dados. No entanto, é inegável que é no comportamento das *Big Techs* e no uso destinado aos dados pessoais que podemos compreender a extensão do assunto e os riscos envolvendo a privacidade dos titulares, além da própria sociedade como um todo.

A violação da privacidade e dos dados pessoais tornou-se um dos pilares da economia atual, com modelos de negócios baseados na extração e monetização dos dados, permitindo a compilação de informações que geram poder político e econômico.⁸⁷ A importância dos dados pessoais é tão significativa que produtos e serviços são disponibilizados de forma gratuita, visando facilitar a coleta ilícita dos dados dos titulares.⁸⁸ Sobre esse tema, a autora Ana Frazão⁸⁹ destaca:

O excesso de otimismo das próprias pessoas em relação a muitos dos modelos de negócios da economia digital e os benefícios diretos que eles lhes proporcionam, aliado às próprias dificuldades de compreensão dos seus efetivos impactos, são também fatores que criam ônus adicionais para os reguladores que, premidos entre a assimetria informacional e os benefícios das inovações, muitas vezes, não sabem o que fazer para conter esse processo e proteger minimamente os cidadãos. Foi esse o cenário que possibilitou que vários desses negócios evoluíssem em um ambiente no qual o suposto vácuo regulatório fosse convenientemente preenchido pela autorregulação criada pelos agentes em seu próprio benefício.

Dentre os modelos de negócio que emergiram neste suposto vácuo regulatório estão os chamados Data Brokers, que normalmente se referem a empresas

⁸⁵ BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021, p. 158. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

⁸⁶ BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 set. 1990, art. 61. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 02 de junho 2024).

⁸⁷ TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 29.

⁸⁸ TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 30.

⁸⁹ TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 31.

especializadas na coleta e compartilhamento de dados pessoais com outras empresas. Geralmente, esses tratamentos são realizados em grande escala, divididos em duas etapas: (i) coleta dos dados; e (ii) monetização das informações.⁹⁰

A coleta destes dados pode ocorrer através de uma “troca” por serviços prestados aos consumidores, onde, ao invés de ocorrer o pagamento pelos serviços prestados, os usuários consentem com a coleta de seus dados para finalidades nem sempre especificadas. Enquanto outras empresas vendem os dados pessoais de seus clientes como fonte de receita adicional.⁹¹

Desta forma, a privacidade dos titulares é comprometida, através de intenso monitoramento e vigilância, enquanto as instituições que realizam este tipo de tratamento permanecem ocultas. A natureza destes dados pessoais é diversa, podemos citar como exemplos: informações demográficas, econômicas, comportamentais, de saúde, relacionadas a religião e sexualidade, assim como dados inferidos a partir deles.⁹²

Estes dados servem como matéria prima para os Data Brokers, eles monetizam estas informações oferecendo serviços comerciais relacionados à marketing, mitigação de riscos e verificação de identidade, entre outros. Sendo assim, os titulares destes dados se tornam o produto e não os consumidores nesta indústria, sugerindo que a desigualdade entre as partes não se trata de um problema no sistema, mas o próprio sistema em si.⁹³

Cabe ressaltar que este processo de coleta e monetização dos dados pessoais realizado pelos Data Brokers, onde a assimetria de poder entre o titular e o controlador dos dados fica explícita, não reflete as práticas de todos os modelos de negócio. No entanto, é interessante observar os prejuízos que a falta de regulação pode ocasionar, assim como a ineficiência do consentimento como base legal para a proteção dos dados pessoais dos titulares expostos a esse tipo de tratamento ostensivo.

Outra questão relevante quando abordamos a desigualdade de poder entre o controlador e o titular dos dados diz respeito à automatização de processos realizados pelo controlador. As decisões automatizadas, feitas a partir de algoritmos que processam os dados pessoais dos titulares, impactam o acesso destes a diferentes oportunidades e até mesmo direitos⁹⁴, como bem pontua Ana Frazão⁹⁵:

A partir dessas funcionalidades, os algoritmos estão hoje sendo programados para a extração de padrões e inferências a partir dos quais serão tomadas, de forma automatizada, decisões sobre questões objetivas, mas que estão atreladas a importantes dados sensíveis, assim como decisões sobre questões subjetivas e que envolvem complexos juízos de valor, tais como (i) avaliar as características, a personalidade, as inclinações e as propensões de uma pessoa, inclusive no que diz respeito à sua orientação sexual; (ii) analisar o estado de ânimo ou de atenção de uma pessoa; (iii) identificar estados emocionais, pensamentos, intenções e mesmo mentiras; (iv) detectar a capacidade e a habilidade para determinados empregos ou

⁹⁰ CRAIN, Matthew. **The limits of transparency: Data brokers and commodification**. CUNY Academic Works (2017), p. 03.

⁹¹ CRAIN, Matthew. **The limits of transparency: Data brokers and commodification**. CUNY Academic Works (2017), p. 03.

⁹² CRAIN, Matthew. **The limits of transparency: Data brokers and commodification**. CUNY Academic Works (2017), p. 03 e 04.

⁹³ CRAIN, Matthew. **The limits of transparency: Data brokers and commodification**. CUNY Academic Works (2017), p. 13.

⁹⁴ TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 33.

⁹⁵ Ibid., p. 32.

funções; (v) analisar a propensão à criminalidade; (vi) antever sinais de doenças, inclusive depressão, episódios de mania e outros distúrbios, mesmo antes da manifestação de qualquer sintoma.

Quando avaliamos o cenário europeu, a GDPR⁹⁶, em conjunto com as *Guidelines on Automated Individual Decision Making and Profiling*⁹⁷, define que decisões automatizadas são todas aquelas baseadas exclusivamente em processamento automatizado, ou seja, que não envolvem intervenção humana. Além disso, a legislação europeia proíbe a tomada de decisões automatizadas com efeitos legais ou igualmente significativos, a menos que a decisão seja: (i) necessária para a execução ou celebração de um contrato; (ii) autorizada por lei da União ou do Estado-membro ao qual o controlador está sujeito, desde que estabeleça medidas adequadas para proteger os direitos, liberdades e interesses legítimos dos titulares; ou (iii) baseada no consentimento explícito do titular.⁹⁸

Destaca-se também a importância dada pela legislação europeia quanto à obrigação dos controladores de: (i) informar o titular dos dados que o tratamento será realizado através de decisão automatizada; (ii) fornecer informações sobre o processo de decisão e a lógica envolvida, de forma clara ao titular; e (iii) explicar a importância do tratamento e as possíveis consequências da decisão.⁹⁹

Desta forma, é possível perceber a influência europeia na LGPD, que prevê o direito do titular de solicitar a revisão da decisão tomada com base unicamente em um tratamento automatizado¹⁰⁰, além disso, o controlador deverá sempre, quando solicitado, oferecer informações claras a respeito dos critérios e procedimentos adotados para a decisão automatizada¹⁰¹. Por fim, a LGPD ainda prevê que, em caso

⁹⁶ UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas físicas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados**. Jornal Oficial da União Europeia, Luxemburgo, v. L119, p. 1-88, 4 maio 2016, art. 22. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>. Acesso em: 02 de março de 2024.

⁹⁷ EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on Automated individual decision-making and Profiling for the purposes of Regulation 2016/679**. Adopted on 3 October 2017. As last Revised and Adopted on 6 February 2018, p. 20. Disponível em: <https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/612053>. Acesso em: 02 de março de 2024.

⁹⁸ EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on Automated individual decision-making and Profiling for the purposes of Regulation 2016/679**. Adopted on 3 October 2017. As last Revised and Adopted on 6 February 2018, p. 23. Disponível em: <https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/612053>. Acesso em: 02 de março de 2024.

⁹⁹ EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on Automated individual decision-making and Profiling for the purposes of Regulation 2016/679**. Adopted on 3 October 2017. As last Revised and Adopted on 6 February 2018, p. 26. Disponível em: <https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/612053>. Acesso em: 02 de março de 2024.

¹⁰⁰ Art. 20º, caput, da LGPD: “O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

¹⁰¹ Art. 20º, §1º, da LGPD: “O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

de não oferecimento destas informações, a ANPD poderá realizar auditoria para verificar aspectos discriminatórios no tratamento realizado¹⁰².

Considerando os riscos relacionados ao uso dos algoritmos em processos de decisão, incluindo, mas não se limitando a: “manipulação, viés, censura, discriminação social, violações da privacidade e dos direitos proprietários, abuso do poder de mercado, efeitos sobre as capacidades cognitivas e uma crescente heteronomia”¹⁰³. Sendo assim, é preciso entender como será possível realizar o controle desses tratamentos e garantir os direitos dos titulares.

Pode-se afirmar, considerando o previsto na GDPR e LGPD abordado anteriormente, que critérios de transparência devem ser adotados neste tipo de tratamento, mas serão eles suficientes para a proteção dos dados dos titulares e a materialização do consentimento?¹⁰⁴ Portanto, o próximo capítulo abordará os instrumentos jurídicos existentes que buscam garantir a transparência necessária e regular esta assimetria de poder existente.

7 COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS INSTRUMENTOS JURÍDICOS EXISTENTES PARA EQUILIBRAR A RELAÇÃO ENTRE O CONTROLADOR E O TITULAR DOS DADOS

Retomando a dificuldade de materialização do consentimento, considerando a assimetria de poder entre o controlador e o titular dos dados, percebe-se uma tendência na legislação e na doutrina em buscar a transparência no tratamento dos dados como forma de amenizar essa disparidade. Uma das principais tendências é o princípio da *accountability*, traduzido na LGPD¹⁰⁵ como “responsabilização e prestação de contas”.¹⁰⁶

O termo *accountability* está historicamente ligado à contabilidade, caracterizando aquele que está em conformidade, tornando-o um objetivo a ser alcançado, um fim em si mesmo. Uma segunda visão, adotada no âmbito da proteção de dados pessoais, entende o conceito como um mecanismo relacional entre aquele

¹⁰² Art. 20º, §2º, da LGPD: “Em caso de não oferecimento de informações de que trata o § 1º deste artigo baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024).

¹⁰³ DONEDA, Danilo e ALMEIDA, Virgílio. **O que é a governança de algoritmos?** Published on PoliTICS, outubro de 2016, p. 3. Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/o-que-é-governança-de-algoritmos>. Acesso em: 02 de março 2024.

¹⁰⁴ DONEDA, Danilo e ALMEIDA, Virgílio. **O que é a governança de algoritmos?** Published on PoliTICS, outubro de 2016, p. 3. Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/o-que-é-governança-de-algoritmos>. Acesso em: 02 de março 2024.

¹⁰⁵ Art. 6º, X: “responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 04 de junho 2024).

¹⁰⁶ BIONI, Bruno. **Regulação e proteção de dados pessoais: o princípio da accountability**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 77.

que detém o poder para executar determinadas ações e aqueles que sofrem as consequências dessas ações.¹⁰⁷

Esse mecanismo trata-se de um processo em que o detentor do poder presta contas à parte mais fraca da relação, que é capaz de julgar a conformidade destes comportamentos. Assim, ocorre um processo colaborativo de conformidade que não se limita à mera publicidade dos atos por parte daquele que deseja estar em conformidade, mas também ao reconhecimento dessa conformidade pela outra parte.¹⁰⁸

Nesse contexto, considerando o que foi abordado anteriormente sobre a natureza procedimental do direito à proteção de dados e a dificuldade de materializar o consentimento, percebe-se que a LGPD, ao colocar o consentimento em pé de igualdade com outras nove bases legais em que o titular não precisa ser consultado sobre o tratamento de seus dados, tende a adotar a *accountability* como mecanismo, através de um controle *a posteriori* de conformidade. Ou seja, a dificuldade de obter um consentimento informado, livre e inequívoco, alinhado às dinâmicas da economia de dados, levou a legislação a adotar outras hipóteses de tratamento de dados que, alinhadas aos princípios previstos no art. 6º da LGPD, entre eles o da responsabilidade e prestação de contas, permitem um tratamento adequado mesmo sem o consentimento do titular.¹⁰⁹

Alinhado ao princípio da *accountability*, a LGPD, em seu art. 5º, inciso XVII, estabeleceu como instrumento jurídico o relatório de impacto à proteção de dados pessoais¹¹⁰, permitindo ao controlador demonstrar a conformidade com a lei. Este relatório deve ser acompanhado por uma avaliação de impacto¹¹¹, que, nas palavras de Maria Cecília Oliveira Gomes¹¹²:

Esta se apresenta como uma fase predecessora da elaboração do relatório, uma vez que é necessário primeiro verificar, através de uma avaliação, conduzida e estruturada mediante uma metodologia, sendo, neste caso, uma metodologia avaliativa de riscos, o impacto de operações de tratamento em liberdades civis e direitos fundamentais do ser humano, aqui compreendido como titular dos dados.

Nesse contexto, a LGPD define o relatório de impacto à proteção de dados como um documento formal a ser elaborado pelo controlador. Este relatório deve

¹⁰⁷ BOVENS, Mark. **Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism**. West European Politics, vol. 33, No. 5, 946-947, September 2010, p. 950.

¹⁰⁸ BOVENS, Mark. **Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism**. West European Politics, vol. 33, No. 5, 946-947, September 2010, p. 956.

¹⁰⁹ BIONI, Bruno. **Regulação e proteção de dados pessoais: o princípio da accountability**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 79.

¹¹⁰ Art. 5º, XVII: “relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 05 de junho 2024).

¹¹¹ Art. 50, §2º, alínea d: “estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade”. (BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 05 de junho 2024).

¹¹² GOMES, Maria Cecília Oliveira. **Relatório de impacto à proteção de dados**. Revista do Advogado, Ano 39, nº 144, novembro de 2019, p. 175.

conter a descrição dos processos que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, além de incluir medidas, salvaguardas e mecanismos para mitigar esses riscos. Além de demonstrar conformidade com a lei, o relatório deve ser visto como uma ferramenta de governança dentro da organização, visando eliminar ou mitigar os riscos envolvidos nas operações de tratamento de dados.¹¹³

Portanto, considerando a subjetividade que envolve o conceito de risco, é essencial que a ANPD regule o que deve ou não ser considerado um risco, estabeleça a metodologia a ser adotada e fiscalize as medidas implementadas pelos controladores. Dessa forma, o princípio da responsabilização e prestação de contas, bem como os objetivos do relatório de impacto, podem ser efetivamente materializados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consentimento como instrumento jurídico no tratamento de dados pessoais representa um importante mecanismo de proteção dos direitos dos titulares de dados, mas sua eficácia em equilibrar a assimetria de poder entre controladores e titulares enfrenta desafios significativos. A análise deste trabalho revelou que, embora o consentimento seja essencial para garantir a autodeterminação informativa dos indivíduos, sua implementação prática é frequentemente limitada por fatores como a complexidade das informações envolvidas, a falta de transparência dos controladores e a dificuldade dos titulares em compreender plenamente as implicações de seus consentimentos.

O contexto tecnológico e econômico atual, caracterizado pela vasta coleta e processamento de dados por grandes conglomerados de tecnologia, amplifica a disparidade de poder entre controladores e titulares. Nesse cenário, a simples obtenção de consentimento não é suficiente para proteger os direitos dos titulares de dados de forma eficaz. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) estabelece uma série de princípios e obrigações para os controladores, entre eles o princípio da *accountability*, que visa assegurar que os controladores atuem com transparência e responsabilidade.

A LGPD, ao colocar o consentimento em pé de igualdade com outras bases legais para o tratamento de dados, reconhece as limitações práticas desse instituto e busca complementar sua eficácia através de outros mecanismos regulatórios. Entre esses mecanismos, destaca-se o relatório de impacto à proteção de dados pessoais, que permite aos controladores demonstrar conformidade com a legislação e adotar medidas para mitigar riscos associados ao tratamento de dados. Este relatório é uma ferramenta crucial de governança, promovendo um tratamento de dados mais seguro e transparente.

Contudo, a subjetividade envolvida na definição de riscos e a necessidade de uma metodologia clara para a avaliação de impactos reforçam a importância da atuação regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A ANPD deve estabelecer diretrizes claras sobre o que constitui risco, definir metodologias de avaliação e fiscalizar rigorosamente as práticas dos controladores. Apenas assim será possível garantir que os princípios de responsabilização e prestação de contas sejam efetivamente materializados.

Outro ponto crucial discutido neste trabalho foi a automatização de decisões baseada no tratamento de dados pessoais. A utilização de algoritmos para tomar

¹¹³ GOMES, Maria Cecília Oliveira. **Relatório de impacto à proteção de dados**. Revista do Advogado, Ano 39, nº 144, novembro de 2019, p. 182.

decisões que afetam os direitos e oportunidades dos indivíduos exacerba a desigualdade de poder entre controladores e titulares. A legislação europeia, através da GDPR, e a brasileira, através da LGPD, estabelecem restrições e obrigações específicas para o uso de decisões automatizadas, incluindo o direito dos titulares de solicitar revisão humana dessas decisões. Esses mecanismos são essenciais para prevenir abusos e garantir que os direitos dos titulares sejam respeitados.

No entanto, a eficácia dessas medidas depende da implementação prática e da fiscalização contínua. A transparência nas operações de tratamento de dados e a clareza na comunicação entre controladores e titulares são fundamentais para assegurar que os titulares possam exercer plenamente seus direitos. A educação e conscientização dos titulares de dados sobre seus direitos e sobre as práticas de tratamento de dados são igualmente importantes para fortalecer a posição dos indivíduos frente aos controladores.

Em suma, o consentimento, embora fundamental, deve ser complementado por uma robusta estrutura regulatória que inclua princípios de *accountability*, avaliações de impacto e instrumentos de controle ao uso de novas tecnologias de processamento. A proteção efetiva dos dados pessoais requer uma abordagem multifacetada, onde a regulação, a fiscalização e a educação desempenham papéis cruciais.

Diante de todo o exposto, conclui-se que, para alcançar um verdadeiro equilíbrio na relação de poder entre controladores e titulares de dados, é necessário um esforço contínuo e coordenado entre legisladores, reguladores e a sociedade como um todo. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas continuem a explorar formas de aprimorar a proteção dos dados pessoais e a eficácia do consentimento, investigando novas tecnologias e práticas regulatórias que possam oferecer maior segurança e transparência. A constante evolução do cenário digital exige uma adaptação contínua das legislações e práticas, garantindo que os direitos dos titulares de dados sejam sempre protegidos em face das novas dinâmicas e desafios.

REFERÊNCIAS

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **GUIA ORIENTATIVO**

Cookies e proteção de dados pessoais. Out. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-orientativo-cookies-e-protecao-de-dados-pessoais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Guia Orientativo para**

Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.

Mai. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf.

Acesso em: 23 mai. 2024.

BIONI, Bruno R. **Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do**

Consentimento. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788530992200.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>.

Acesso em: 26 out. 2023.

BIONI, Bruno. **Regulação e proteção de dados pessoais: o princípio da accountability.** 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BOVENS, Mark. **Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism**. *West European Politics*, vol. 33, No. 5, 946-947, September 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 26 de outubro 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 de janeiro 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 de maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 02 de junho 2024.

CRAIN, Matthew. **The limits of transparency: Data brokers and commodification**. CUNY Academic Works (2017).

Decolar.com é multada em R\$ 7,5 milhões por diferenciar preço de acordo com região. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/282013/decolar-com-e-multada-em-r--7-5-milhoes-por-diferenciar-preco-de-acordo-com-regiao>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

DONEDA, Danilo e ALMEIDA, Virgílio. **O que é a governança de algoritmos?** Published on POLITICS, outubro de 2016. Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/o-que-e-governanca-de-algoritmos>. Acesso em: 02 de março 2024.

DONEDA, Danilo e MENDES, Laura. **Data protection in Brazil: new developments and current challenges**, in: Gutwirth, S., Leenes, R. & De Hert, P. (eds.), *Reloading Data Protection*, Springer, Dordrecht, 2014.

DONEDA, Danilo e ZANATTA, Rafael. **Personality and Data Protection Rights on the Internet. Brazilian and German Approaches**. Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland: Springer, 2023.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on Automated individual decision-making and Profiling for the purposes of Regulation 2016/679**. Adopted on 3 October 2017. As last Revised and Adopted on 6 February 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/612053>. Acesso em: 02 de março de 2024.

GOMES, Maria Cecília Oliveira. **Relatório de impacto à proteção de dados**. Revista do Advogado, Ano 39, nº 144, novembro de 2019.

LUGATI, Lys Nunes, and ALMEIDA, Juliana Evangelista De. **Da evolução das legislações sobre proteção de dados: a necessidade de reavaliação do papel do consentimento como garantidor da autodeterminação informativa**. Revista De Direito 12.2 (2020). Web. Acesso em: 10 de maio de 2023.

MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho**. Paraná: SRV Editora LTDA, 2024. E-book. ISBN 9788553622627. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622627/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

The world's most valuable resource is no longer oil, but data. The Economist, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>. Acesso em: 24 de março de 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas físicas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados**. Jornal Oficial da União Europeia, Luxemburgo, v. L119, p. 1-88, 4 maio 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>. Acesso em: 09 de maio 2023.

Via Quatro é condenada em R\$ 500 mil e proibida a coletar dado de passageiros do Metrô. JOTA, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/via-quatro-e-condenada-em-r-500-mil-e-proibida-a-coletar-dado-de-passageiros-11052023>. Acesso em: 31 de março de 2024.